



ORGANIZAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO



PROGRAMA DE ACÇÕES PARA UMA GOVERNAÇÃO INCLUSIVA E RESPONSÁVEL

RELATÓRIO DO FÓRUM CONSULTIVO AGIR 2018

Boane, Setembro de 2018



ORGANIZAÇÕES INTERMEDIÁRIAS



PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO



FÓRUM CONSULTIVO DO PROGRAMA DE ACÇÕES PARA UMA GOVERNAÇÃO INCLUSIVA E RESPONSÁVEL (AGIR) - 2018

FICHA TÉCNICA

Título: Relatório do Fórum Consultivo AGIR 2018

Autor: Programa de Acções para uma Governação Inclusiva e Responsável

Coordenação do Fórum: We Effect, Diakonia, Oxfam IBIS e Oxfam Novib

Direitos Reservados ©AGIR

Boane, 2018

ÍNDICE

Índice de Quadros.....	iii
Lista de Siglas e Acrónimos	iv
Sumário Executivo	v
1. Introdução.....	7
2. Intervenções de Abertura do Fórum Consultivo.....	10
3. Principais Resultados do Programa AGIR no Triénio 2015-2017	13
4. Avaliação do Fórum Consultivo 2017.....	14
5. Resultados da Avaliação Intermédia do AGIR.....	15
6. Processo da Revisão da Lei das Associações	17
7. Discussões Temáticas em Grupos de Trabalho para Reflexão e Acção	19
8. Apresentação das Experiências de Sucesso dos Parceiros do AGIR.....	19
9. Pacote de Descentralização aprovado pela Assembleia da República e seu Impacto nos Processos de Participação Política	21
9.1 Comentários Gerais à apresentação sobre o Pacote da Descentralização.....	22
10. Diálogo com Outros Programas de Apoio à Sociedade Civil em Moçambique	26
11. Desafios da Mulher no Processo de Titulação de Terra em Moçambique	29
12. Caminhos Futuros.....	32
12.1 Governo e outras entidades estatais.....	33
12.2 Parceiros de Cooperação	33
12.3 Organizações Parceiras Intermediárias	34
12.4 Académicos.....	34
12.5 Outras Organizações de Apoio à Sociedade Civil.....	35
12.6 Organizações Parceiras.....	35
13. Considerações Finais	37
Anexos.....	40
Anexo 1: Matriz de resultados das discussões temáticas em grupos de trabalho	40
Anexo 2: Matriz dos resultados do diálogo com outros programas de apoio à Sociedade Civil em Moçambique.....	44

Índice de Quadros

Quadro 1: Matriz de recomendações sobre os resultados do Programa AGIR 2015-2017..... 14

Quadro 2: Matriz de recomendações sobre a Avaliação Intermediária do AGIR..... 16

Lista de Siglas e Acrónimos

AENA – Associação Nacional de Extensão Rural

AGIR – Programa de Acções para uma Governação Inclusiva e Responsável

AR – Assembleia da República

CAICC – Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária

CESC – Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil

CPI – *Counterpart International*

CRM – Constituição da República de Moçambique

DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento da Terra

FDC – Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade

IPO's – Organizações Parceiras Intermediárias

iTC – Fundação Iniciativa para Terras Comunitárias

MASC – Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil

MCP – *Mexico City Policy*

MDM – Movimento Democrático de Moçambique

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

MITADER – Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

MOPA – Monitoria Participativa

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONG's – Organizações Não-Governamentais

ORAM – Associação Rural de Ajuda Mútua

OSC's – Organizações da Sociedade Civil

PISCCA – Projectos Inovadores da Sociedade Civil e Coligações de Actores

PO's – Organizações Parceiras

UNAC – União Nacional de Camponeses

USAID – *United States Aid*

Sumário Executivo

O Fórum AGIR 2018, coordenado pela We Effect em colaboração com a Diakonia, Oxfam IBIS e Oxfam Novib e seus parceiros, decorreu sob o lema “Por um AGIR Mais Abrangente e Inclusivo” e visava reflectir sobre o estágio de implementação, progressos, desafios, boas práticas e lições para a melhoria do desempenho do programa AGIR II (2015-2020). O Fórum esperava, com as intervenções resultantes das discussões, aprovar um plano de acção para seguimento (reflexões-chave, lições e recomendações). Para o efeito, a metodologia de trabalho adoptada integrou sessões em plenária, seminários e exposições. Como resultados, foram definidas algumas acções de seguimento com base nas intervenções do Governo e outras entidades estatais, Parceiros de Cooperação, Organizações Parceiras Intermediárias, Académicos, Outras Organizações de Apoio à Sociedade Civil e Organizações Parceiras com incidência nas modalidades de financiamento e gestão de fundos, descentralização e participação da Sociedade Civil nos Processos Eleitorais, questões de género e inclusão da Mulher, bem como, a colaboração com outros programas de apoio à Sociedade Civil. Das principais recomendações deixadas importa destacar: a necessidade de maior colaboração (consórcios) e engajamento das OSC’s parceiras, sobretudo em questões de advocacia na área de participação política, com destaque para as eleições, revisão de leis e empoderamento da mulher; assistência técnica e financiamento de actividades que promovam estratégias de sustentabilidade das OSC’s parceiras; a necessidade de descentralizar a gestão de fundos para as OSC’s que actuam ao nível local; a necessidade de ampliar as janelas de colaboração entre os Programas de Apoio a Sociedade Civil.

Executive Summary

The 2018 AGIR Forum, coordinated by We Effect in collaboration with Diakonia, Oxfam IBIS e Oxfam Novib and their partners, was held under the motto “For a more comprehensive and inclusive AGIR” and was intended to reflect on the stage of implementation, progress, challenges, best practices and lessons for improving the performance of AGIR II (2015-2020). The Forum expected, with the interventions resulting from discussions, to approve an action plan for follow-up (key reflections, lessons and recommendations). The adopted working methodology integrated plenary sessions, seminars and exhibitions. As a result of the discussions, some follow-up actions were defined based on the interventions of different stakeholders, including Government and other state entities, Cooperation Partners, Intermediate Partnerships, Academics, Other Civil Society Support Programs and AGIR Partner Organizations. For the latter actor, the actions were divided into following areas: modalities of funding and fund management, decentralization and civil society participation in electoral processes, gender issues and the inclusion of women, as well as collaboration with other civil society support organizations. The main recommendations, include, inter alia: the need for greater collaboration (consortia) and engagement of CSOs, especially in matters of advocacy in political participation, especially in elections, revision of laws and women's empowerment; technical assistance and funding of activities that promote CSO sustainability strategies; the need to decentralize the management of funds to local CSOs; and the need to expand the collaboration windows between Civil Society Support Programs.

1. Introdução

O Programa AGIR, uma iniciativa de governação e Direitos Humanos lançada em 2010, com enfoque em quatro áreas de prestação de contas (social, financeira, legal e política), realiza, anualmente, um Fórum Consultivo representando um momento de reflexão, de prestação de contas e de aprendizagem para os Doadores do programa, Organizações Parceiras Intermediárias (IPO's), Organizações Parceiras (OP's), instituições do Governo e Sociedade Civil em geral.

O Programa AGIR II (2015-2020) tem foco em cinco (5) dimensões temáticas, designadamente: (i) Direito à inclusão e à igualdade; (ii) Direito à retribuição da riqueza do país; (iii) Direito a usufruir de serviços públicos acessíveis e de boa qualidade; (iv) Direito às liberdades fundamentais básicas; e (v) Direito à participação, informação e representação política. O programa é implementado por 61 Organizações da Sociedade Civil (OSC's), dentre as quais 16 coordenadas pela We Effect, 16 pela Diakonia, 16 pela Oxfam Novib e 13 pela Oxfam IBIS.

O Fórum Consultivo Anual do AGIR – edição 2018, decorreu nos dias 4 e 5 de Setembro de 2018, no Mulotana Lodge, Distrito de Boane, Província de Maputo, sob coordenação da We Effect em colaboração com as outras três intermediárias (Diakonia, Oxfam IBIS e Oxfam Novib) e seus parceiros. O evento decorreu sob o lema “Por um AGIR Mais Abrangente e Inclusivo”, em virtude de, por um lado, o programa assegurar o aumento das organizações beneficiárias baseadas nas comunidades locais e, por outro, abordar as questões relativas à inclusão dos grupos minoritários.

O evento tinha como principal objectivo reflectir sobre o estágio de implementação do programa, progressos, desafios, boas práticas e lições para a melhoria do desempenho do AGIR II (2015-2020). Especificamente, o Fórum visou:

- 1) Avaliar as abordagens, métodos e conceitos do programa AGIR e obter o *feedback* das organizações parceiras tendo em vista o seu aprimoramento;
- 2) Promover a coordenação, articulação e complementaridade entre os principais intervenientes do AGIR (Doadores, IPO's e PO's) visando alcançar maior eficiência e eficácia na implementação do AGIR;

- 3) Analisar os processos actuais de interesse comum que afectam o desenvolvimento da actividade das OSC's em Moçambique e planificar acções concertadas para intervir nos referidos processos; e
- 4) Providenciar espaço de aprendizagem e reflexão sobre temas actuais da sociedade moçambicana para inspirar intervenções positivas, colectiva ou individualmente.

A metodologia adoptada para a realização dos trabalhos integrou sessões em plenária, seminários e exposições. As apresentações em plenárias tinham, em média, a duração de 20 minutos cada, seguidas de debate aberto e com participação equitativa, sob moderação de um especialista indicado pelo AGIR. Os seis seminários/*workshops* paralelos em áreas temáticas relevantes sobre as quais os parceiros intervêm tiveram a duração de 90 minutos e foram liderados pelos parceiros do AGIR, com apoio das IPO's. Os resultados destes *workshops* foram partilhados em plenária. As exposições tiveram como base os materiais e/ou produtos gerados pelos *rightholders* e parceiros do AGIR.

Para assegurar a memória institucional e produção de relatório com as reflexões-chave, planos de acção, lições e recomendações decorrentes do Fórum, foi destacada uma equipa para documentar em foto, vídeo e escrito, as principais dinâmicas do evento. Os documentos escritos foram a base para a produção do presente relatório.

Em termos genéricos, o Fórum esperava, como principal resultado, a aprovação de um plano de acção para seguimento (reflexões-chave, planos, lições e recomendações) com intervenções resultantes das discussões. Especificamente, do evento esperava-se que:

- 1) Os parceiros apresentassem recomendações concretas para o melhoramento dos métodos, conceitos e abordagens do programa AGIR;
- 2) Os parceiros e actores da sociedade criassem espaços de coordenação, articulação e complementaridade, no âmbito do melhoramento das dinâmicas da Sociedade Civil;
- 3) Os parceiros identificassem espaços para desenvolver alianças e planos conjuntos para dar seguimento a temas de interesse comum; e
- 4) Houvesse maior visibilidade dos resultados do AGIR e diálogo com outros programas similares.

O Fórum contou com a presença de 160 participantes, dos quais 61 mulheres (correspondentes a 38.1%) e 99 homens, que correspondem a 61.9%, dentre os parceiros do programa AGIR, Doadores (Embaixadas da Suécia e da Holanda) e organizações intermediárias do programa, instituições do Governo, Sociedade Civil, Organizações Não-Governamentais (ONG's), académicos e o sector privado.

A edição de 2018 do Fórum Consultivo do AGIR teve duas sessões, sendo uma para cada dia. A sessão do primeiro dia, de carácter interno, cingiu-se na análise dos processos, abordagens, conceitos e metodologias do programa AGIR, com a finalidade de partilhar lições e experiências que contribuam para o melhoramento das intervenções do AGIR. Assim, na sequência dos trabalhos do primeiro dia, para além das intervenções de abertura do fórum consultivo, foi programada a apresentação e discussão de sete actividades, designadamente:

- Principais resultados do Programa AGIR no triénio 2015-2017;
- Avaliação do Fórum Consultivo 2017;
- Resultados da avaliação intermédia do AGIR;
- Discussão de trabalho em grupos (seminários) para reflexão e acção;
- Processo de revisão da Lei das Associações;
- Apresentação das experiências de sucesso dos parceiros do AGIR (CAICC e ESTAMOS); e
- Avaliação e encerramento dos trabalhos do primeiro dia.

A segunda sessão do Fórum decorreu no dia 5 de Setembro. Esta sessão esteve virada as demais OSC's, academia, sector público e privado. Constituiu um espaço de debate e reflexão sobre os seguintes temas:

- Pacote de descentralização aprovado pela Assembleia da República (AR), seu impacto nos processos de participação política (tema actual);
- Diálogo e colaboração com outros programas de apoio à Sociedade Civil em Moçambique;
- Os desafios da mulher no processo de titulação da terra em Moçambique; e
- A sessão de encerramento dos trabalhos do segundo dia.

Para além dos elementos pré-textuais e da parte introdutória, a estrutura do presente relatório é em função dos pontos agendados para os dois dias de trabalho. Adicionalmente, consta deste relatório os caminhos futuros e as considerações finais.

2. Intervenções de Abertura do Fórum Consultivo

Foram responsáveis pelas intervenções de abertura as seguintes personalidades:

- Sra. Maria Tadesse, Directora Regional da We Effect, representante das Organizações Parceiras de Intermediação (IPO's);
- Michael Elofsson, Chefe de Cooperação e Encarregado de Negócios da Embaixada da Suécia, representante dos parceiros de cooperação;
- Maurício Mangué, Representante da Administradora do Distrito de Boane, Excelentíssima Sra. Teresa Mauaie; e
- Eduardo Baixo, Representante do Governador da Província de Maputo, Sua Excelência Raimundo Diomba

A representante das IPO's, Sra Maria Tadesse, destacou dois conceitos centrais que, para a We Effect, Oxfam e Diakonia, na qualidade de coordenadora da edição 2018, representam os principais pontos para a reflexão presente e futura, nomeadamente: descentralização e inclusão. Descentralização, porque o desenvolvimento individual e das comunidades depende de um trabalho endógeno, que implica o uso de recursos locais para responder às suas demandas. Inclusão, porque este processo de desenvolvimento local endógeno passa necessariamente pela capacitação de actores locais (comunidades, organizações, mulheres e homens, principalmente os mais pobres e vulneráveis) de modo que participem efectivamente dos processos de tomada de decisão sobre os assuntos que lhes dizem respeito.

Através da abordagem baseada em direitos adoptada pelo AGIR, pode-se promover mudanças reais que não permitem deixar ninguém para trás, apesar dos grandes desafios para alcançar estes resultados. É com vista a propor formas de superar estes desafios que as OSC's locais, defendendo e representando uma variedade de Direitos Humanos civis e políticos, assim como do ambiente seguro, reuniram-se para reflexão. Entretanto, para a interveniente, a missão da implementação do Programa AGIR visando contribuir para a construção de Moçambique como

um lugar melhor para se viver exige a coordenação e colaboração de uma diversidade de intervenientes incluindo as autoridades governamentais, os parceiros do desenvolvimento do AGIR, do sector privado, da imprensa e outros.

A intervenção do representante dos doadores, Sr. Michael Elofsson, reconhece o contributo do Programa AGIR na construção de uma Sociedade Civil mais forte e participativa nos processos políticos e de desenvolvimento económico e social de Moçambique. Destaca a conjugação da implementação do Programa AGIR com as estratégias de cooperação dos parceiros de desenvolvimento de Moçambique que estão associados ao desenvolvimento inclusivo, incluindo na criação de emprego e transformação económica, prestação de contas e transparência na gestão dos recursos naturais e financeiros públicos, na construção de um Estado de Direito Democrático e Boa Governação.

O interveniente reconhece os avanços na construção de uma paz efectiva e reconciliação nacional, pilar de desenvolvimento, através do diálogo político e encoraja a participação de todos os cidadãos neste processo, especialmente as mulheres, pois, a participação cívica e activa são factores cruciais para que o eleitorado, de forma livre, expresse a sua intenção de voto. Deste modo, destaca a necessidade de fortalecer a promoção do Direito à informação e à liberdade de expressão como direitos fundamentais para a edificação do Estado de Direito Democrático, assente na pluralidade. Entretanto, manifestou preocupação em relação ao agravamento das taxas de operação dos órgãos de comunicação social e de acreditação de jornalistas. Por isso, enaltece o papel dos activistas, profissionais de Direitos Humanos, *Media* e artistas na promoção de Direitos Humanos, particularmente em apoio dos grupos menos favorecidos.

Face às dinâmicas sociopolíticas e económicas que representam desafios para a intervenção e implementação da fase remanescente do Programa AGIR, o representante dos parceiros de cooperação propôs os seguintes **pontos para a reflexão** durante os trabalhos do Fórum Consultivo do AGIR:

- A descentralização dos fundos alocados às OSC's parceiras do AGIR (onde 70% são alocados à OP's baseadas em Maputo) devendo-se procurar os mecanismos de inversão deste cenário;

- A necessidade de melhorar a visibilidade do Programa AGIR em todas as áreas temáticas da sua intervenção;
- A complexidade do processo de monitoria e avaliação do Programa, o que torna difícil aferir o seu real impacto e visualizar os resultados conseguidos ao longo dos anos;
- A formação da Sociedade Civil a todos os níveis para assegurar os Direitos Humanos, a igualdade e inclusão, o que implica a realização de esforços de capacitação institucional sobre diferentes temáticas de forma permanente;
- O papel do AGIR na difusão e socialização do novo pacote eleitoral e educação cívica no âmbito do novo ciclo eleitoral;
- A identificação de novas áreas temáticas de relevância e de interesse nacional e a respectiva apresentação de soluções inovadoras, através de um debate aberto e consultivo.

Por sua vez, o Sr. Maurício Mangué, **Representante da Administradora do Distrito de Boane**, reconhece que a aliança entre o Estado e as organizações sociais permite a participação das OSC's na formulação e implementação dos programas governamentais e possibilita a maximização dos resultados da província, e do distrito em particular. Nesta senda, reconhecendo a indispensabilidade da participação das OSC's para a promoção de uma governação participativa, o Governo do Distrito de Boane encoraja a continuidade do programa AGIR e a expectativa é que os debates decorrentes do Fórum produzam resultados pertinentes para a prossecução dos programas governativos com destaque para a participação do eleitorado nas eleições autárquicas, nas quais Boane participa pela segunda vez.

Para fechar a sessão de intervenções de abertura, o Sr. Eduardo Baixo, **Representante do Governador da Província de Maputo** referiu que o Governo entende o Fórum como um espaço de debate para uma governação inclusiva e responsável a diversos níveis. A expectativa é que o Fórum, com base num debate franco e participativo e com simulação de casos concretos, produza resultados concretos analisando e avaliando de forma crítica os objectivos propostos, planos traçados e resultados a alcançar visando o combate à pobreza e produção de riqueza no país, e na Província de Maputo em particular.

3. Principais Resultados do Programa AGIR no Triénio 2015-2017

Esta sessão, apresentada pela Sra. Sécia Lumbela, iniciou com uma breve descrição do Programa AGIR, incluindo os objectivos, as áreas temáticas, as modalidades de financiamento, a distribuição geográfica das 59 OSC's financiadas em todas as províncias, com excepção de Manica e Inhambane (18 de âmbito provincial e as demais 41 de âmbito nacional) no contexto da implementação do Programa AGIR II.

Esta explicou que a fonte dos resultados alvo de apresentação é o Relatório *Overarching* 2015-2017 do Programa AGIR, documento este que foi elaborado com base nos relatórios anuais dos últimos três anos de todos os parceiros do Programa. Na parte introdutória, a apresentadora reconheceu os desafios de captação de resultados num programa de governação, num cenário em que as organizações ainda têm desafios no que tange aos sistemas de monitoria e com mais enfoque para mecanismos de captação de mudanças a nível local. Os resultados alcançados são decorrentes de um trabalho em rede das OSC's parceiras dentro do AGIR, fora do AGIR e em fóruns internacionais. A apresentação dos mesmos consistiu na desagregação dos principais resultados qualitativos e quantitativos em cada área de intervenção do AGIR, nomeadamente, os direitos à: inclusão e igualdade; redistribuição da riqueza gerada a partir dos recursos do país; usufruir de serviços públicos acessíveis à custos comportáveis e de boa qualidade; liberdades fundamentais básicas; participação, informação e representação pública; e fortalecimento institucional das OSC's.

Após a apresentação dos resultados, como **desafios da implementação do Programa AGIR 2015-2017**, foram identificados os seguintes pontos:

- Sustentabilidade dos resultados do Programa;
- Elevada dependência de alguns parceiros em relação aos fundos do AGIR;
- Implementação de sistemas de monitoria e avaliação que permitam a captação de resultados;
- Aplicação de ferramentas práticas para a integração das principais questões transversais;
- e
- Pagamento de quotas por pelo menos 50% dos membros das OSC's.

No seguimento dos trabalhos relativos à esta sessão, os comentários, questões e recomendações apresentados pelos participantes cingiram-se em torno dos pontos apresentados na matriz a seguir com a devida reacção pelo AGIR nos aspectos onde houve necessidade de resposta:

Quadro 1: Matriz de comentários, recomendações e *Management response* sobre os resultados do Programa AGIR 2015-2017

Comentários/questões	Recomendações	<i>Management response</i> (AGIR)
<ul style="list-style-type: none"> - Fechamento do espaço da Sociedade Civil; - O risco que as OSC's correm na implementação dos programas financiados pelo AGIR. 	<ul style="list-style-type: none"> - A inserção do contexto sociopolítico em que as organizações operaram durante a primeira fase da implementação do Programa AGIR II; - A análise do contexto e a produção de uma matriz de mitigação de riscos por parte das OSC's parceiras do AGIR na formulação dos seus planos estratégicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - A necessidade de gerar um mecanismo de protecção das OSC's através do estabelecimento de parcerias com outras organizações que têm como objecto a protecção dos Direitos Humanos, no geral, e dos activistas, em particular, como a Amnistia Internacional; - A necessidade de desenho de um programa de capacitação dos parceiros em suas estratégias de segurança.
<ul style="list-style-type: none"> - A contribuição efectiva (evidências) dos <i>Small-grants</i> nos resultados da implementação do Programa AGIR. 	<ul style="list-style-type: none"> - A necessidade de as OSC's partilharem mais evidências das suas acções. 	<ul style="list-style-type: none"> - Um dos maiores contributos dos <i>small-grants</i> foi o incremento da presença do AGIR ao nível local. Os parceiros de <i>small funds</i> também contribuíram para complementar áreas específicas do Programa, com destaque para as questões transversais.
<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de dados quantitativos e outras evidências dos resultados da implementação do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> A actualização dos dados quantitativos sobre os servidores públicos capacitados em matéria do Direito à Informação. 	<ul style="list-style-type: none"> - A necessidade de as OSC's partilharem as evidências, incluindo imagens, da realização das actividades. As OSC's devem partilhar estas imagens com o oficial de comunicação do AGIR para o enriquecimento do <i>Website</i> do AGIR.

4. Avaliação do Fórum Consultivo 2017

A avaliação do Fórum Consultivo 2017 tem em vista fazer a ponte entre este e o actual tendo em conta as recomendações e acções de seguimento decorrentes dos trabalhos do primeiro. A apresentação dos resultados consistiu na exposição duma matriz das referidas recomendações e acções de seguimento.

A avaliação global do Fórum Consultivo 2017 é boa com tendência a muito boa, de acordo com os dados quantitativos apresentados referentes ao *feedback* dos parceiros do AGIR. Importa

referir que um dos temas eleitos para este fórum foi a sustentabilidade das OSC's e houve uma visão compartilhada para os desafios na melhoria do Programa. Não houve questões e nem comentários sobre esta sessão.

5. Resultados da Avaliação Intermédia do AGIR

Os resultados apresentados decorrem de um estudo encomendado pela Embaixada da Suécia visando avaliar o progresso da implementação do Programa AGIR. O Estudo intitula-se “Avaliação de Meio-Termo do Programa AGIR II (2014-2020)” e foi feito pela empresa sueca FCG Swedish Development AB representada pelos consultores Stein-Erik Kruse, Inge Tvedten e José Jaime Macuane. A metodologia de estudo consistiu na análise documental dos programas institucionais, 8 estudos de caso de diferentes OP's, entrevistas em IPO's e *Stakeholders* externos realizadas nas cidades e províncias de Maputo e Zambézia.

O estudo foi realizado com base nos critérios da Eficácia de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE/DAC, nomeadamente: a relevância; a eficiência; a efectividade; e a sustentabilidade. Sobre a **relevância**, constatou-se que, apesar da complexidade do Programa AGIR II colocar desafios em termos de implementação dos resultados, este é um programa relevante nas suas áreas de actuação, sobretudo considerando as fragilidades do Estado e da sociedade moçambicana, no entanto, está propenso a vários riscos. No concernente à **eficiência**, o estudo questiona a capacidade operacional de boa parte das organizações parceiras do AGIR, sobretudo pelo seu nível de maturidade (capacidade de assumir o papel de intermediárias). No que diz respeito à **efectividade**, o estudo questiona a premissa de que “o progresso de grande parte dos indicadores do Programa” dada a fraca capacidade de relacionar os resultados com as acções programáticas, sobretudo, a tangibilidade de como o Programa influencia as políticas públicas. Finalmente, em relação à **sustentabilidade**, o estudo refere que as OSC's em Moçambique tem um historial de resiliência, entretanto, ainda são altamente dependentes de doadores, razão pela qual muitas correm o risco de não sobreviver com a redução do financiamento.

Do estudo feito, em função das constatações ficaram várias recomendações. Entretanto, porque o estudo completo está disponível para o acesso pelos interessados, neste relatório apresenta-se apenas as recomendações que foram objecto de comentários e discussão por parte dos participantes, sendo elas:

Quadro 2: Matriz de Recomendações e Comentários ao Estudo sobre a Avaliação Intermediária do AGIR (2014-2020)

Recomendações do Estudo	Comentários correspondentes	Respostas
<ul style="list-style-type: none"> - A necessidade de produção de relatórios analíticos; - A apresentação de indicadores ou dados qualitativos e narrativas em termos de impacto. 	<ul style="list-style-type: none"> - A necessidade de explanação do termo “relatório analítico”; - A capacidade institucional de algumas OP’s de realizar um relatório analítico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os relatórios analíticos são os que demonstram o real impacto das ações do Programa AGIR e através de evidências da ligação dos resultados com os objectivos programáticos.
<ul style="list-style-type: none"> - A desconcentração da OSC’s financiadas pelo programa AGIR II para as demais províncias, tendo em conta que muitas estão concentradas em Maputo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Descodificação da expressão “concentração das OP’s em Maputo”, havendo necessidade de explicar em que consiste a concentração (se é em termos de actividades, resultados ou sedes das OP’s); - A complementaridade das organizações baseadas em Maputo e nos distritos; - Os critérios usados pelo estudo para determinar a concentração, tendo em conta que nas províncias, existem OSC’s que não actuam em outras zonas ao nível local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os critérios de descentralização foram fornecidos pelo AGIR tendo em conta o seu programa de gestão de Fundo.
<ul style="list-style-type: none"> - A redução do número de OP’s em função da capacidade de sustentabilidade e relevância e capacidade de “graduar”, ou seja, as OP’s sem esta capacidade devem desligar-se do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> - A explicação do termo “graduação” aliado à sustentabilidade das OSC’s tendo em conta que são organizações sem fins lucrativos; - Os critérios de classificação de organizações amadurecidas e não-amadurecidas. 	<ul style="list-style-type: none"> - A sustentabilidade e graduação refere-se à capacidade das OSC’s absorverem as ferramentas de capacitação institucional com vista ao alcance dos resultados; a capacidade de as OSC’s agir com autonomia no ambiente em que elas operam, por exemplo, fazer o <i>fundraising</i>;
<ul style="list-style-type: none"> - A coordenação entre os doadores que apoiam a Sociedade Civil evitando sobreposição dos financiamentos (múltiplos doadores para as mesmas OSC’s); - A possibilidade da integração de novos doadores parceiros do AGIR. 	<ul style="list-style-type: none"> - A concentração, através da fusão dos doadores deixando as OSC’s com poucas alternativas de financiamento. 	
<ul style="list-style-type: none"> - O tempo gasto pelas IPO’s na gestão de fundos e cumprimento de requisitos burocráticos do que estar em diálogo estratégico com os parceiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - A conformidade do dispêndio de tempo na gestão de fundos e procedimentos burocráticos, incluindo a auditoria, com as exigências de prestação de contas. 	

<p>- A revisão dos objectivos e premissas do Programa AGIR II tendo em conta o actual contexto político e social em que as OSC's operam, pois as mudanças políticas e socioeconómicas influenciaram consideravelmente a probabilidade de se alcançar os resultados esperados.</p>	<p>- A necessidade de aprofundar a discussão dos resultados do estudo nos grupos de trabalho;</p> <p>- A necessidade das OSC's concentrarem-se na luta pela sua afirmação no contexto político actual;</p> <p>- A necessidade da análise contextual dado que há instituições do Estado que tem dificuldades de entender questões básicas do âmbito de actuação das OSC's;</p> <p>- A pertinência de repensar sobre como alcançar os objectivos do Programa em 2020 tendo como fundamento o princípio de justiça social no contexto político actual.</p>	
---	---	--

6. Processo da Revisão da Lei das Associações

O processo de intervenção com vista a revisão da Lei nº 8/91, de 18 de Julho, Lei das Associações, ainda a decorrer, teve início em 2008 como resultado da avaliação do ambiente em que operam as OSC's. A apresentação da sessão focou nas organizações intervenientes e outros actores, principais acções realizadas, de forma cronológica, nos cinco (5) pontos onde foram propostas as alterações (Processo da constituição, Fins – resolvido com o Acórdão do Conselho Constitucional, Funcionamento interno, Regime financeiro e fiscal, e Utilidade pública), comentários gerais à proposta do Governo, acções de seguimento e questões para debate.

Quanto às **organizações intervenientes**, o processo é levado a cabo por 25 OSC's sob liderança da JOINT, CESC e FDC. Entretanto, as consultas preliminares e a discussão do documento envolveram OSC's de todo o país. Os outros actores intervenientes incluem a Assembleia da República (AR) e o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos. No concernente às **principais acções** realizadas durante este processo de revisão da Lei das Associações desde 2008, destacam-se:

- Constituição da equipa, elaboração dos documentos e da metodologia, constituição e encontro de comité de revisão;
- Encontros com OSC's de todo o país para consultas e discussões e com a Comissão dos Assuntos Sociais do Parlamento;

- Análise da proposta do Governo aprovada pelo Conselho de Ministros e partilha de resultados da análise com os parceiros a nível regional e global;
- Elaboração de um documento comum de posicionamento das OSC's e recolha de assinaturas nas províncias de Tete, Nampula, Sofala, Cabo Delgado, Inhambane, Manica e Gaza.

No concernente às **acções de seguimento**, as organizações intervenientes no processo de revisão da Lei das Associações propõem um maior engajamento da Sociedade Civil visando:

- Fornecer subsídios para melhorar a proposta de Revisão da Lei das Associações;
- Advocacia e *Lobby* com a Assembleia da República;
- Solução de assuntos fiscais junto do Ministério de Economia e Finanças;
- Assinatura de uma Petição;
- Maior cooperação com agências internacionais.

Os pontos de reflexão propostos pelos intervenientes no processo de revisão da Lei das Associações foram: Que acções podem ser desenvolvidas? e Como é que os parceiros do Programa AGIR podem apoiar este processo? Por sua vez, os participantes levantaram questões e comentários relativos a:

- O atraso em relação ao tempo para advogar é um constrangimento real no processo de debate sobre a revisão da Lei das Associações;
- Os canais que estão a ser usados para envolver as demais organizações, para além do JOINT, CESC e FDC;
 - Houve pouco espaço para o envolvimento das outras OSC's em actividades relacionadas com o processo de proposta; As acções deviam ser mais descentralizadas e inclusivas;
 - Há envolvimento de algumas OSC's representando as províncias (Sofala, por exemplo) entretanto, não há um trabalho de prosseguimento feito ao nível local visando a replicação das actividades;

No *management response*, o apresentador da sessão referiu que: i) o processo de envolvimento obedeceu auscultações ao nível das províncias; ii) ao nível das províncias houve réplicas das

actividades, apenas não houve ao nível distrital; iii) no que concerne aos canais de engajamento, deve-se fazer o uso do poder de influência das OP's nas várias plataformas de comunicação social para gerar um chamativo à questão; e iv) ainda há necessidade de acelerar os processos de engajamento e advocacia, porque processo de revisão de Lei ao nível da Assembleia da República pode ser debatido em Outubro de 2018.

7. Discussões Temáticas em Grupos de Trabalho para Reflexão e Acção

A metodologia proposta para a sessão dos grupos de trabalho consistiu na composição de grupos de trabalho baseadas em organizações com experiências na actuação em áreas específicas, seguido de debate em uma hora e quarenta e cinco minutos. Do debate foram produzidas acções de seguimento apresentadas em plenária pelos relatores dos grupos seguida de questões, sugestões e recomendações. Além das acções de seguimento, a apresentação dos grupos incluiu a avaliação das actividades do grupo em relação à relevância do tema, motivação e participação dos membros no debate. Houve consenso, por parte dos grupos, de que os temas abordados foram relevantes, e por isso, alguns daqueles deverão ser objecto de discussão nas próximas oportunidades, especificamente *core funding* e estratégias de sustentabilidade das IPO's, dado que o fundo de tempo disponibilizado não foi suficiente para aprofundá-los. De acordo com os relatores, os membros dos grupos estavam motivados e participaram efectivamente, pelo que as acções de seguimento produzidas foram resultado de debates inclusivos. De um modo geral, os objectivos das sessões temáticas foram alcançados, isto esteve reflectido nas apresentações em plenária que, além de esclarecedores, complementavam-se com os debates dos demais participantes no que concerne as lições aprendidas, principais desafios e recomendações/acções de seguimento (vide anexo 1).

8. Apresentação das Experiências de Sucesso dos Parceiros do AGIR

Nesta sessão foram apresentadas duas janelas de iniciativas inovadoras que se constituem em experiências de sucesso no âmbito da implementação do Programa AGIR, nomeadamente: o uso de uma Plataforma Digital para a Gestão de Resíduos Sólidos na Cidade de Maputo, apresentada pela CAICC; e a experiência de prevenção das queimadas descontroladas no Distrito de Mecula em Niassa, apresentada pela ESTAMOS.

A plataforma MOPA-Fiscal foi desenvolvida pelo CAICC em coordenação com a Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Esta plataforma visa flexibilizar o processo de gestão de resíduos sólidos, em que o cidadão reporta o problema ao órgão central através do sistema SMS ou através do uso da plataforma digital do MOPA; o Sistema Central faz a partilha da informação-problema com os actores envolvidos no processo de gestão de resíduos; o actor competente resolve o problema, isto é, recolhe o resíduo no local reportado; finalmente, o cidadão é notificado da resolução do problema. Em debate, foram levantadas algumas questões pelos participantes e tecidos alguns comentários pelo apresentador, dos quais importa destacar que:

- Sobre o período da implementação do MOPA-Fiscal, referiu-se que este está a ser implementado pelo Município da Cidade de Maputo há mais de 6 meses e o tempo de resposta da plataforma às petições é de 24 horas;
- No que refere aos mecanismos de divulgação da Plataforma ao cidadão, faz-se uso de cartazes nos transportes públicos de passageiros, *spots* publicitários nos canais de comunicação e nas redes sociais, especificamente a rádio e o *WhatsApp*, respectivamente;
- No que diz respeito à eficácia e abrangência do MOPA-Fiscal, a Plataforma é, até então, implementada no Município de Maputo.

A ESTAMOS apresentou a sua janela de iniciativas sobre as queimadas descontroladas no Distrito de Mecula, onde se localiza a Reserva do Niassa. A iniciativa consistiu em cinco (5) actividades principais, designadamente: i) introdução do uso de Fogões Poupa-lenha em virtude de se ter observado que as queimadas eram causadas na busca da lenha; ii) introdução de um novo tipo de colmeias em que não se usa fumaça para a extracção do mel pelos apicultores locais, incluindo a capacitação no uso desta tecnologia; iii) introdução da agricultura de conservação em vez de itinerante e baseada em queimadas; iv) treinamento dos Comités Locais de Gestão para o uso sustentável dos recursos; e v) O uso de mecanismos de propaganda para disseminação das boas práticas nas comunidades através de canções em língua local que passam regularmente pela rádio local e a participação da ESTAMOS em festividades onde tem oportunidade de consciencializar. Na interacção, a plenária levantou as seguintes questões e comentários:

- O resultado da janela implementada em Mecula na contenção dos casos de queimadas descontroladas;

- As causas da prática de queimadas descontroladas em Mecula;
- A forma como que se pratica a agricultura de conservação em Mecula;
- Tratando-se do escopo ou *core* de actividade de actuação da ESTAMOS, foi colocada em causa a inovação da iniciativa.

Em resposta à estas questões, o representante da ESTAMOS referiu que a janela é considerada inovativa na medida em que trouxe mudanças nos hábitos das comunidades locais, de tal modo que podem explorar os recursos de forma sustentável.

A apresentação das experiências de sucesso dos parceiros do AGIR marcou o fim dos trabalhos do primeiro dia.

9. Pacote de Descentralização aprovado pela Assembleia da República e seu Impacto nos Processos de Participação Política

Esta sessão, sob moderação do Sr. Juma Mutaua da Akilizeto, abriu os trabalhos do segundo dia. A apresentação da mesma foi feita pelo Sr. Manuel Bembele, representante da Primeira Comissão da Assembleia da República sobre Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade. Seguiram-se os comentários da Sra Fátima Mimbire, do Sr. Bernhard Weimer, do Sr. Adriano Nuvunga e do Sr. Salvador Forquilha.

A apresentação do Sr. **Manuel Bembele** sobre o pacote, aprovado em Maio de 2018, foi dividida em três partes, a mencionar: participação política, descentralização e participação política no quadro da descentralização em Moçambique. Sobre a participação política, o orador destacou: o conceito de participação política como um mecanismo através do qual o cidadão toma parte no processo das políticas públicas, mas também como um mecanismo de eleição dos titulares dos órgãos públicos a vários níveis; as maiores tendências de participação política que são determinadas pelo nível de urbanização, económico e de instrução académica, imagem da cidadania sobre os processos políticos, idade e sexo. Dentre estes, o analfabetismo, a pobreza e o sexo constituem barreiras à participação política na Sociedade moçambicana.

Sobre a descentralização, o orador destacou que esta deve ser vista como a transferência das atribuições do Estado para outras pessoas colectivas públicas. O novo quadro legal da descentralização veio instituir novas formas de ampliação do espaço democrático, através do

aumento do número de eleições, com a eleição de órgãos locais do Estado (governadores provinciais e administradores distritais), e frequência de eleições (em decorrência de dissoluções das assembleias provinciais e autárquicas). Um dos maiores entraves neste processo são os custos financeiros decorrentes da multiplicação dos órgãos a ser eleitos.

Quanto à participação política no quadro da descentralização, apesar da inexistência de uma lei específica do referendo (havendo um projecto de lei submetido à AR, pelo MDM, em 2015 mas que ainda não foi objecto de apreciação e debate), a Sociedade Civil pode assegurar a sua participação política através de petições à AR para criticar as leis, bem como, elaboração de propostas de leis. Ademais, é preciso potenciar os governos e comunidades locais através de mecanismos mais eficientes de comunicação, como rádios locais, para assegurar a participação política de todas as camadas sociais. Entretanto, neste pacote de descentralização a sociedade não foi chamada a participar da discussão sob a justificativa de que é um pacote *suis generis* relativo ao pacote da paz.

9.1 Comentários Gerais à apresentação sobre o Pacote da Descentralização

Conforme referido anteriormente, coube a quatro painelistas comentar sobre a apresentação, cujas principais ideias são expostas a seguir:

Para a Sra. **Fatima Mimbire**, a base da discussão sobre a participação no processo de aprovação do pacote da descentralização deve ser o artigo 73 da CRM consubstanciado à alínea a) do artigo 270-A da Lei nº 1/2018 de 12 de Junho que aprova a revisão pontual da Constituição. O primeiro determina o exercício do poder político pelo povo através do voto e do referendo. O segundo exalta a participação dos cidadãos na solução dos problemas locais através da descentralização.

Nesta senda, o processo de discussão de proposta e aprovação do pacote da descentralização violou estes preceitos constitucionais. Por um lado, porque a discussão da proposta do pacote de descentralização foi excludente por envolver apenas o Governo e a RENAMO, e a sua aprovação foi consenso dos três partidos com representação parlamentar, nomeadamente a FRELIMO, a RENAMO e o MDM. Por outro, porque a falta de uma lei específica sobre o referendo inibe a participação efectiva dos cidadãos nos aspectos estruturantes da descentralização, pelo que, deveria se aprovar a lei sobre o referendo em Moçambique.

O novo pacote da descentralização apenas permitiu o alargamento do espaço físico de participação política dos cidadãos ao preconizar a eleição de órgãos locais do Estado (governadores provinciais e administradores distritais) outrora indicados ou nomeados pelo Presidente da República, entretanto, reduziu as liberdades individuais ao inibir que os cidadãos se candidatem de forma independente, ficando reféns da acção em grupo (partidos e grupos de cidadãos).

Para a comentadora, é problemática a competência do Presidente da República de demitir outros órgãos eleitos. Esta competência deveria ser de instituições do Estado. Há inconsistência no pressuposto segundo o qual a eleição dos órgãos do poder local, como é o caso das Assembleias Autárquicas, exige a organização dos cidadãos em grupos mas a candidatura para a Assembleia da República é independente. Em suma, estas violações legais, pressupostos problemáticos e inconsistências reflectem o “Sentido de Estado em Crise”.

Por seu turno, o Sr. **Bernhard Weimer** defende que o novo pacote da descentralização é fundamental para consolidar o processo de negociação de paz, associado à desmilitarização e a reconciliação em curso no país. Este pacote vai mudar e reestruturar substancialmente a administração pública e territorial em Moçambique por definir três níveis de governo: central, provincial e distrital, cada nível com suas funções exclusivas. Ademais, faz uma fusão do processo de desconcentração e descentralização ao permitir, também, a eleição dos órgãos locais do Estado.

Entretanto, o interveniente reconhece que a descentralização não é uma panaceia para resolver todos os problemas da economia política do Estado, ou seja, a descentralização é condição necessária mas não suficiente para a garantia da paz. Além da participação política, ela deve ser acompanhada por uma resposta à demandas sociais em termos de prestação de serviços em qualidade e cobertura, a distribuição justa de recursos e a coabitação política saudável.

Há ainda, por um lado, uma necessidade de identificação das metas do gradualismo da descentralização para que não sejam repetidos os erros do passado (1994) e tais metas devem ser operacionalizadas. Por outro lado, do ponto de vista de distribuição dos recursos, o pacote da descentralização é tácito, pelo que falta um trabalho para assegurar que todos os três níveis façam parte de um sistema integrado das relações fiscais intergovernamentais. Há uma lacuna

quando a lei diz que o governo provincial define o orçamento quando este já está definido a nível central.

A descentralização das funções/atribuições (princípio de subsidiariedade) deve ser acompanhada por uma reforma do Sistema de Administração Financeira do Estado. E porque este tipo de reformas leva pelo menos 10 anos, há necessidade de definir-se um plano estratégico e o horizonte temporal para a sua implementação. Há ainda uma necessidade de reflexão e esclarecimento sobre como financiar uma reforma tão profunda em condições de escassez de recursos fiscais.

Na opinião do Sr. **Salvador Forquilha**, a discussão do pacote da descentralização deve centrar-se nas dinâmicas do processo político moçambicano onde o impacto das reformas para resolver os problemas da governação é reduzido. Por exemplo, o resultado regional do Afro Barometer demonstra um baixo nível de demanda de democracia no país. Nestes termos, a questão de reflexão seria: por quê descentralizar? Os pressupostos teóricos dos benefícios de descentralização não se verificam em Moçambique, nomeadamente: aumentar a democracia participativa, melhorar a oferta de bens e serviços públicos e gerir conflitos. Deste modo, o pacote de descentralização deve criar condições que favoreçam a participação política mas não será efectivo se não se acautelar algumas questões básicas como a pobreza e desigualdade.

O modelo actual de descentralização dá mais poder às Assembleias Municipais embora os dados de um estudo recentemente feito nas autarquias em Moçambique demonstrem que os munícipes têm mais confiança no Presidente do Conselho Municipal, neste sentido as máquinas partidárias serão reforçadas com o novo pacote. Ainda no mesmo estudo, os munícipes (51%) demonstram mais interesse em assuntos municipais do que nos assuntos centrais, embora 41% pense que a sua capacidade de influenciar na tomada de decisão dos municípios é limitada.

Para Forquilha, a visão de que as eleições são o problema de fundo é reducionista. O problema é a estrutura política em que os partidos políticos vêem as eleições como o único mecanismo de acesso ao poder e consequentemente recursos, o que explica as eleições fraudulentas. Deste modo, a descentralização pode jogar um papel fundamental na distribuição do poder e partilha de recursos. O maior valor agregado do novo pacote será na questão da gestão de conflitos num Estado cultural e socialmente diversificado por permitir a participação de mais actores nos vários

níveis, tendo em conta que o processo de exclusão política social e económica é cada vez mais forte.

Para terminar a sequência das intervenções dos painelistas sobre o pacote da descentralização, o Sr. **Adriano Nuvunga** advoga que a descentralização em Moçambique foi vista, tradicionalmente, como um processo da oposição com vista a aceder ao poder. O processo vinha política e historicamente responder a negação de duas ocasiões de partilha de poder e pacificação do país (depois dos acordos de paz em 1992 e das eleições multipartidárias em 1994). O princípio do gradualismo foi um mecanismo encontrado no processo para atrasar o potencial democratizante das eleições e as oportunidades de participação.

No que concerne ao novo pacote, não houve avaliação do processo de descentralização à luz da antiga lei das autarquias que reflectisse algum problema a ponto de haver necessidade de revisão. Contrariamente, é esta lei que abriu espaço para a emergência de figuras políticas (Manuel de Araújo e Venâncio Mondlane) que o novo quadro legal estabelecido dificulta a sua participação do processo eleitoral como candidatos. Portanto, as leis aprovadas agora diminuem o direito a participar e mantêm alguns grupos da elite no poder. Com a transição geracional usa-se as leis para diminuir e alienar a juventude, ou seja, a fusão entre a desconcentração e autarcização diminui, em vez de consolidar, os espaços de participação política e fortalecem o poder dos partidos políticos tradicionais, já em crise. O pacote da descentralização não visa consolidar os processos de paz, porque a volta à “guerra” após 1994 tem a ver com eleições fraudulentas e não com descentralização. Portanto, a profusão não está ao serviço da paz, a qualidade das eleições é o principal requisito para a paz.

A interacção com os **participantes** que se seguiu após a apresentação e as intervenções dos painelistas resultou nos seguintes comentários:

- A possibilidade de conflitos na gestão de recursos, atribuições e funções de órgãos provinciais e distritais;
- A tendência de alteração das leis e instituições, como a Comissão Nacional de Eleições, mas não se resolver o cerne da questão que afecta a paz;

- Articulação entre os poderes central e local, personificados pelo representante do Estado nomeado e o órgão local eleito, respectivamente, que exercem o poder sobre o mesmo espaço geográfico;
- A possibilidade de a descentralização como mecanismo de gestão do conflito e reconciliação assegurar a paz efectiva. Questiona-se, igualmente, os objectivos do pacote tendo em conta a resolução dos problemas locais *vis-à-vis* a acomodação de interesses dos partidos em conflito;
- A necessidade de avaliação da qualidade da democracia moçambicana olhando para o analfabetismo como um entrave de participação e também ao pressuposto segundo a qual é um índice para aferir o nível de democracia;
- A necessidade do pacote dever ser avaliado sob ponto de vista de seu impacto no processo de desenvolvimento de país;
- As barreiras legais (lei do referendo) que limitam a participação política;
- A legalidade do processo de aprovação do pacote de descentralização, tomando em conta o debate bipartidarizado e os preceitos constitucionais;
- A sustentabilidade da revisão do pacote reside na visão da descentralização como uma agenda de desenvolvimento do país e não como um simples projecto de acomodação de interesses político-partidários;
- Há necessidade da Sociedade Civil reivindicar o seu espaço de participação no debate sobre a formulação das leis.

10. Diálogo com Outros Programas de Apoio à Sociedade Civil em Moçambique

Um efectivo alcance dos objectivos preconizados pelo programa AGIR necessita de intercâmbio construtivo com outros programas que apoiam a Sociedade Civil em Moçambique. Tendo em vista visualizar, sobretudo, as abordagens e os resultados dos programas, bem como as possíveis janelas de colaboração, foram apresentados, sob moderação do Sr. **Silvestre Baessa**, os seguintes programas: (i) *Counterpart International* – Parceria Cívica para Boa Governação em Moçambique (representada pela Sra. Ana Paula Bande); (ii) iTC – Fundação Iniciativa para Terras Comunitárias (representado pelo Sr. Emídio de Oliveira); (iii) MASC – Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (representada pelo Sr. Phillip Machon); e (iv) PISCCA – Projectos Inovadores da Sociedade Civil e Coligações de Actores (representado pela Sra. Gwenn

Guillaumie). Os resultados do diálogo com os outros programas de apoio a Sociedade Civil em Moçambique encontram-se no anexo 2.

À apresentação das janelas de colaboração seguiu-se o debate com todos os participantes do Fórum. No conjunto dos comentários e questões levantados, há a realçar os seguintes aspectos que reflectem as preocupações das OP's em Moçambique:

- Formas de tornar as OSC's sustentáveis, sobretudo com a saída dos parceiros/programas (em Niassa);
- A forma como a MCP está a ser implementada;
- A coordenação entre doadores em matérias de financiamento e exigências de auditoria;
- A possibilidade de concorrer para aceder aos fundos do PISCCA;
- A intervenção do iTC em comunidades reassentadas e sem direito à terra em Cabo Delgado;
- A necessidade de financiamento para a construção de infra-estruturas básicas para o funcionamento das OSC's;
- O tecto orçamental do fundo do PISCCA para a legalização das Associações.

Em resposta a este conjunto de intervenções, os painelistas tomaram oportunidade para comentar o seguinte:

PISCCA: Não há um fundo específico para a legalização das Associações, contudo, dentro de cada projecto pode haver uma abordagem de legalização da Associação que apresentar o projecto. Sobre a coordenação dos doadores, há encontros, mas não são frequentes nem suficientes, há necessidade de maior divulgação dos programas para as OSC's saberem das janelas disponíveis. A questão de sustentabilidade é um desafio e sempre há debate sobre a matéria, mas há dúvidas se o programa apoia os projectos que funcionaram muito bem (continuidade) ou os novos, uma vez que os projectos são de apenas 12 meses.

MASC: Sobre o *core support* ou *project funding*, as OSC's decidem como e onde implementar os valores alocados, se é na área de Recursos Humanos, de sustentabilidade, ou outra área. Os projectos de até 3 anos são aceites pelo MASC sem dificuldades. A sustentabilidade é preocupação de todos mas não é de fácil solução. Uma verdadeira sustentabilidade requer que os

projectos sejam realísticos sobre o que se pretende alcançar com a sua implementação, bem como a consideração de fontes alternativas de financiamento e direccionar o projecto a acções de sustentabilidade e não meras despesas administrativas.

iTC: A saída da iTC da província do Niassa é um processo evolutivo da organização. Contudo, o facto de não ter escritórios nesta província não significa saída efectiva, ainda há intervenções a serem feitas. Sobre a sustentabilidade, a iTC é totalmente dependente de donativos, isso torna difícil as suas intervenções. O que tem estado a fazer é ser mais hábil e prático no tratamento das despesas na proporção de 30% para custos administrativos (*overhead*) e 70% para o programa. Portanto, recomenda que as OSC's devem "agir fora da caixa" para encontrar outras soluções para a sua sobrevivência, por forma a reduzir a quantidade canalizada para *overheads*. No que tange à coordenação entre doadores, a iTC colabora com outros doadores, aliás, é exemplo de um processo coordenativo que funcionou, alicerçado na Declaração de Paris, em 2005. Neste âmbito, foi produzido um código de conduta no seu relacionamento com os doadores da Holanda, Suécia, Suíça e Dinamarca. Sobre as comunidades reassentadas, a estratégia é chegar às comunidades antes do problema, com base no sistema de transferência do conteúdo de informação adequado para as comunidades, alertá-las sobre os seus direitos, deveres e o valor dos seus recursos, de modo a que elas sejam mais interventivas e defendam melhor os seus direitos.

COUNTERPART INTERNATIONAL (CPI): Este programa não tem outros fundos senão os do USAID. A CPI reconhece que a MCP influenciou as acções que o programa realiza junto às OSC's, de tal modo que algumas organizações foram constrangidas pelas imposições da USAID para a observância desta política. No concernente ao apoio que a CPI dá às OSC's, este é concedido através de treinamento e mentoria feita pela equipe interna e, em casos muito específicos, contrata-se consultores para fazer o acompanhamento directo às organizações, em termos do desenvolvimento de suas capacidades. Sobre a sustentabilidade das organizações, quando as OSC's submetem o projecto, é-lhes solicitada que atribuam 10% do valor na componente de desenvolvimento organizacional, de modo a desenvolver e melhorar as suas capacidades, por outro lado, o CPI oferece um treinamento anual em matéria de sustentabilidade financeira, para que comecem a "agir fora da caixa", procurando diversificar as fontes de receitas para gerar sustentabilidade.

Acima de tudo, a sustentabilidade está ligada ao desempenho e o desempenho inicia com a capacidade de funcionamento das organizações. No que tange à possibilidade de concorrerem aos fundos, as OSC's podem fazê-lo, desde que as propostas estejam viradas à componente HIV/SIDA e à temática de advocacia que está em chamada.

11. Desafios da Mulher no Processo de Titulação de Terra em Moçambique

A apresentação, feita pela Dra. Catarina Chidiamassamba, do Ministério da Terra e do Desenvolvimento Rural (MITADER), foi baseada no estudo intitulado “Acesso e Posse de Terras para Mulheres em Moçambique – Avanços e Desafios Futuros” feito em 2014 em todo o país, pela ex-Direcção Nacional de Terras, no âmbito da “Auditoria Social e de Género no contexto de Gestão e Administração de Terras e Florestas” inserida no “Programa de Capacitação Institucional para a Gestão e Administração de Terras em Moçambique”.

A apresentação do estudo cingiu-se: na metodologia usada; no contexto político-legal; na problematização enfatizando o acesso, controle e posse da terra e outros recursos naturais por mulheres e outros grupos vulneráveis; na população do estudo e no perfil da amostra; na participação das mulheres no processo de gestão e administração da terra; nas barreiras a essa participação; e, finalmente, nas políticas e estratégias de género na gestão e administração de terras. O estudo, que visava analisar as relações existentes entre homens e mulheres, grupos vulneráveis no acesso, posse, gestão e administração de terras em Moçambique, teve, dentre outras, as seguintes principais constatações e recomendações:

Constatações do estudo

- As mulheres têm maior dependência financeira em relação aos Homens. Essa dependência reflecte-se no grau de escolaridade, acesso ao emprego, acesso à terra e outros;
- As mulheres usam mais a terra para habitação e prática de actividades produtivas, com destaque para a agricultura;
- A maioria das mulheres não possui a regularização do título do DUAT, mas sente-se segura no uso da terra;
- A transmissão do direito da posse da terra, após a morte do marido, é condicionada pela permanência da mulher no lar, de contrário, a posse passa para os filhos e a família do marido;
- As OSC's, com foco na temática sobre a terra e direitos, é que constituem meios de divulgação

de informações sobre o direito de titulação da terra para mulheres, bem como a sua participação na tomada de decisão e o acesso à justiça – até então fracos;

- Os conflitos de terra são resolvidos, sobretudo, pelas autoridades tradicionais locais, os quais, muitas vezes, catalisam as desigualdades e exclusão da mulher em função dos valores culturais e estereótipos;
- As mulheres continuam a ser o grupo discriminado no acesso à informação, na participação e na tomada de decisão sobre a gestão da terra e outros recursos naturais.

Recomendações do Estudo

- Promoção da educação para empoderar as mulheres, por forma a conhecer os seus direitos;
 - Sensibilizar as mulheres a dar mais valor ao título do DUAT;
 - Fazer uso das leis para todos em circunstâncias de igualdade;
 - Promoção de programas que possam consciencializar as mulheres para provocar mudanças endógenas e efectivas;
 - Há ainda necessidade de operacionalização dos instrumentos legais e institucionais estabelecidos para a integração do género.
-

À apresentação seguiram-se os **comentários do painel** constituído pelos representantes da AENA (Roberto dos Santos), ORAM (Lourena Mangane) e UNAC (Fláida Macheze) sob moderação da Sra Ndzira de Deus, do Fórum Mulher. Na sequência, a **AENA** destacou a necessidade de esclarecimento do aparente conflito entre o Programa Terra Segura e o Direito de ocupação e/ou DUAT. A necessidade de co-titularização do DUAT, em vez de titulação singular para cada cônjuge. Para a AENA, há barreiras socioculturais na segurança da posse da terra, por isso, as OSC's precisam intensificar ações de capacitação e transmissão de informações para reverter o cenário. A mulher precisa estar no centro do poder para decidir a favor da classe.

A **ORAM** frisou que a lei da família trouxe benefícios para a questão patrimonial da terra, no entanto, a mulher ainda está longe da linha de sucessão em caso de morte do cônjuge. Por isso, as OSC's devem se engajar no processo de revisão da Lei de Sucessões, para que o direito da mulher seja equiparado ao do filho, na segunda linha após o titular. A transmissão do DUAT por morte do marido é problemática, já que no Sul, normalmente, os familiares do marido se apropriam da terra. Relativamente aos conflitos de terra, observou haver necessidade de os mesmos chegarem aos Tribunais e não terminar nas estruturas locais. Em virtude do poder dos valores socioculturais, mais do que depender do quadro legal, é preciso também uma reflexão em

torno dos aspectos sociais que constituem barreira, não para o acesso, mas para a segurança da posse da terra no país.

A UNAC referiu que a sua preocupação é a co-titularização dos cônjuges, ao invés de posse individual. Embora o quadro legal reconheça o Direito da posse da terra por ocupação, na prática, o título do DUAT é mais importante para proteger a mulher proprietária. Por conseguinte, as OSC's precisam trabalhar no sentido de assegurar que a mulher tenha titulação da posse do uso da terra. Além da educação da mulher para defender seus direitos, um problema sobre o qual se deve reflectir é o facto de o processo de titulação ser bastante oneroso, o que acaba sendo barreira para a maioria das mulheres com recursos limitados.

Após a apresentação do estudo e as intervenções dos painelistas, a **plenária teceu**, igualmente, algumas contribuições, das quais merecem ênfase as seguintes:

- A interligação entre o Direito da posse da terra e as políticas públicas, uma vez que o título pode ser perdido se a terra não for usada por um período determinado;
- A valorização da mulher que trabalha a terra, mesmo sem titulação;
- O enquadramento temporal do estudo, e o cruzamento dos resultados com as políticas do sector agrário;
- O empoderamento da mulher no âmbito do projecto ProSavana no Norte;
- O direito que prevalece entre o Direito costumeiro e o Direito positivo (leis jurídicas).

Em resposta às considerações, quer do painel quer da plenária, a **Dra. Chidiamassamba**, do MITADER, fez os seguintes comentários gerais:

- (i) Os aspectos socioculturais não podem ser tidos como mais essenciais para o acesso seguro à terra por parte da mulher. Aliás, não se deve aceitar que isso seja usado para discriminar as mulheres. O que é necessário é a educação destas;
- (ii) O acesso à terra não basta, há que se reflectir em torno do processo da titulação do DUAT. Embora se possa ter direito em bases costumeiras, a titulação é fundamental, pois a mulher continua sem direitos após a morte do marido. Neste sentido, o processo de co-titularização constitui um desafio, uma vez que assegurado o direito, há crença de que pode haver espaço para a eliminação física do marido;

- (iii) Há necessidade de melhorar os processos de comunicação e advocacia com as mulheres sobre as questões da terra assegurando a sua participação através de todos os meios e formas possíveis. Neste âmbito, os extensionistas precisam considerar a sazonalidade quando fazem consultas e passam mensagens às mulheres;
- (iv) É preciso aperfeiçoar os métodos de inclusão para atingir as comunidades, de forma permanente, usando todo o tipo de estratégias. Igualmente, a questão de igualdade na segurança da terra devia ser incluída na educação formal; e
- (v) O processo de revisão da lei da terra chama à necessidade de maior engajamento das OSC's junto das autoridades governamentais, particularmente o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, com vista a assegurar maiores direitos às mulheres.

No geral, as intervenções valorizam a conexão da mulher com a terra como uma questão de identidade. Houve foco na necessidade de harmonizar os dados estatísticos do estudo e na reflexão em torno das questões culturais para reduzir as desigualdades de género. As mulheres e as OSC's precisam intervir/lutar para assegurar os direitos da mulher quanto do homem. Pôs-se em causa a revisão da lei de terra, de 1997, uma vez que as mulheres preferem que seja implementada e havendo necessidade de reformá-la que seja com a participação de todos.

12. Caminhos Futuros

Esta parte sintetiza os resultados do Fórum dos dois dias de debate e contém informações dos sobre a avaliação geral do Fórum Consultivo AGIR 2018 e as reflexões chave (planos de acção, lições; e recomendações).

No que concerne à **avaliação geral do Fórum do AGIR 2018**, a avaliação dos trabalhos consistiu no preenchimento, pelos participantes do Fórum, de um inquérito *online* num *Link* disponibilizado pelo AGIR que visava aferir o nível de satisfação dos participantes em relação aos temas (relevância e metodologia) e as sessões e questões logísticas, numa escala de Excelente, Muito Bom, Bom, Suficiente e Mau. No primeiro dia, o preenchimento foi feito por 77 participantes e a avaliação foi, em geral, boa. Os temas eleitos como sendo mais relevantes para discussão mais aprofundada são a sustentabilidade das OSC's, directrizes do uso de financiamento e o princípio 70%/30%. No segundo dia, a avaliação também foi, em geral, boa

tendo sido eleita a questão da descentralização e sustentabilidade como temas para uma reflexão futura mais aprofundada.

Relativamente às reflexões-chave (planos de acção, lições e recomendações), apresentam-se as recomendações e/ou acções de seguimento propostas em todas as sessões dos dois dias dos trabalhos e são agrupados em principais intervenientes que os propõem e, havendo necessidade, subdivididas em áreas.

12.1 Governo e outras entidades estatais

- Produção de resultados pertinentes para a prossecução dos programas governativos com destaque para a participação do eleitorado nas eleições autárquicas;
- Promoção de um debate franco e participativo que produza resultados concretos visando o combate à pobreza e produção de riqueza no país, e na Província de Maputo em particular.
- Maior participação política da Sociedade Civil através de petições à AR para apreciar as leis, bem como, elaboração de propostas de leis, especificamente visando assegurar os direitos das mulheres e outros grupos vulneráveis;
- Potenciar os governos e comunidades locais através de mecanismos mais eficientes de comunicação, como rádios locais, para assegurar a participação política de todas as camadas sociais;
- Promoção da educação para empoderar as mulheres, por forma a conhecer os seus direitos;
- Melhoraria dos processos de comunicação e advocacia com as mulheres sobre as questões da terra, incluindo sensibiliza-las a dar mais valor ao título do DUAT;
- Operacionalização dos instrumentos legais e institucionais estabelecidos para a integração do género.

12.2 Parceiros de Cooperação

- Fortalecer a promoção do Direito à informação e à liberdade de expressão como direitos fundamentais para a edificação do Estado de Direito democrático, assente na pluralidade;

- Maior engajamento da Sociedade Civil – activistas, profissionais de direitos humanos, *Media* e artistas na promoção de Direitos Humanos – particularmente em apoio dos grupos menos favorecidos;
- Formação das OSC's parceiras do AGIR pelas IPO's a todos os níveis para assegurar os direitos humanos, a igualdade e inclusão, o que implica a realização de esforços de capacitação institucional sobre diferentes temáticas de forma permanente;
- Adopção de mecanismos de descentralização dos fundos alocados pelas IPO's às OSC's parceiras do AGIR;
- Melhoria da visibilidade do Programa AGIR e o seu real impacto em todas as áreas temáticas de intervenção das OSC's e IPO's;
- Maior envolvimento das OSC's parceiras e IPO's na difusão e socialização do novo pacote eleitoral e educação cívica no âmbito do novo ciclo eleitoral;
- Identificação de novas áreas temáticas de relevância e de interesse nacional e a respectiva apresentação de soluções inovadoras, através de um debate aberto e consultivo.

12.3 Organizações Parceiras Intermediárias

- Reflexão sobre descentralização e inclusão como mecanismos de promoção de desenvolvimento individual e das comunidades;
- Capacitação dos actores locais de modo que participem efectivamente dos processos de tomada de decisão sobre os assuntos que lhes dizem respeito;
- Coordenação e colaboração do AGIR e de autoridades governamentais, os parceiros de cooperação, do sector privado e da imprensa para o cumprimento efectivo da missão do AGIR.

12.4 Académicos

- Maior engajamento da Sociedade Civil visando o debate e aprovação da lei sobre o referendo em Moçambique como forma de diversificar os mecanismos de participação política;
- Reflexão sobre a descentralização não apenas como um mecanismo de participação política, mas também uma resposta às demandas sociais em termos de prestação de

serviços em qualidade e cobertura, a distribuição justa de recursos e a coabitação política saudável.

- Intervenção visando influenciar a identificação e operacionalização das metas do gradualismo da descentralização; e propor uma reforma do Sistema de Administração Financeira do Estado, e o respectivo plano estratégico e horizonte temporal para a sua implementação;
- Reflexão e esclarecimento sobre o mecanismo de financiamento da reforma em condições de escassez de recursos fiscais;
- Reflexão sobre o pacote da descentralização como mecanismo de gestão de conflitos através da inclusão política, social e económica de actores a todos os níveis num Estado cultural e socialmente diversificado.

12.5 Outras Organizações de Apoio à Sociedade Civil

- Diálogo entre as organizações de modo a criar abertura na elaboração e implementação das propostas;
- Realização de mais fóruns de troca de experiências e aprendizagem (ferramentas, abordagens, resultados e lições) entre os parceiros para o desenvolvimento das OSC's parceiras;
- Envolvimento de diferentes parceiros de cooperação nos projectos implementados nas comunidades;
- Capacitação dos Recursos Humanos das OSC's em matéria de organização e funcionamento do Estado.
- Colaboração entre programas em termos de áreas de intervenção para evitar a duplicação de financiamentos;
- Co-financiamento de projectos das OSC's que sejam amplos.

12.6 Organizações Parceiras

a) Modalidades de financiamento e gestão de fundos

- Revisão da política de financiamento 70-30 tendo em conta o conceito de sustentabilidade;

- Abertura de espaço por parte do AGIR para outras auditoras que se ajustem ao *budget* das OSC's;
- Disseminação de informação sobre a existência de fundos complementares pelo AGIR entre as OSC's;
- Partilha de experiências e resultados da aplicação dos fundos pelas organizações beneficiárias;
- Capacitação institucional e imediata das OSC's em matéria de *fundraising*;
- Transferência de gestão de fundos pelas OSC's baseadas em Maputo às respectivas delegações;
- Criação de consórcios entre organizações que ocupam o mesmo espaço temático e geográfico de modo a reduzir os custos e riscos de operação;
- Assistência técnica e financiamento das actividades que promovam estratégias de sustentabilidade;
- Apoio na criação de instalações para o funcionamento das OSC's;
- Criação de oficina prática para a concepção do modelo de monitoria, avaliação e planificação e orçamentação;
- Criação de uma janela dentro da plataforma do Programa AGIR, onde as OSC's possam depositar seus planos, suas agendas e resultados de modo a evitar conflitos entre as organizações que actuam nas mesmas áreas;
- Capacitação em criação de planos estratégicos o que facilitará o alinhamento com o programa do AGIR e apresentação dos resultados das actividades das OSC's;
- Abertura de janelas de financiamento para as OSC's afectadas pelo MCP;
- Criação de um comité de trabalho para verificar o nível em que se pode aferir a responsabilização do Estado em termos de isenção;
- Encontros regulares entre as OSC's afectadas e não afectadas para responder aos desafios impostos pelo MCP.

b) Descentralização e participação em processos Eleitorais

- Mapeamento de todas as organizações parceiras e não parceiras do AGIR a trabalhar na área de processos eleitorais visando criar sinergias entre os grupos com as mesmas acções;

- Reuniões de reflexão e início da coordenação das eleições 2018;
- Definição de mecanismos (rádios comunitárias, debates com cabeças-de-lista, etc.) para melhorar o acesso à informação sobre os processos eleitorais pelas populações;
- Engajamento na discussão e *lobby* sobre a revisão de leis (das Associações, da Terra e das Sucessões).

c) **Questões de género e inclusão da Mulher**

- O empoderamento da mulher no âmbito do projecto ProSavana;
- Sensibilização das mulheres a recorrerem aos Tribunais formais para a resolução de conflitos de terras e defesa dos seus direitos;
- Reflexão em torno dos aspectos sociais que constituem barreira, não para o acesso, mas para a segurança da posse da terra no país;
- Educação da mulher visando assegurar a defesa dos seus direitos, incluindo a titulação da posse do uso da terra.

d) **Colaboração com outros programas de apoio à Sociedade Civil**

- Busca de mecanismos de coordenação entre os doadores de modo a tornar as OSC's sustentáveis (por exemplo em matérias de financiamento para a construção de instalações próprias, e apoio às OSC's abrangidas pelo MCP).

13. Considerações Finais

O Fórum Consultivo Anual do AGIR – edição 2018, sob o lema “Por um AGIR Mais Abrangente e Inclusivo”, visava reflectir sobre o estágio de implementação do programa, progressos, desafios, boas práticas e lições para a melhoria do desempenho do AGIR II (2015-2020). A reflexão foi enriquecida pela participação dos parceiros do programa AGIR, Doadores (Embaixadas da Suécia e da Holanda) IPO's, OP's, instituições do Governo, Sociedade Civil, ONG's, académicos e o sector privado.

De modo geral, entende-se que foram alcançados os objectivos preconizados, com o auxílio da metodologia adoptada, nomeadamente, plenárias e seminários paralelos, estes últimos divididos em função de áreas temáticas relevantes sobre as quais os parceiros intervêm e a posterior apresentação e discussão em plenária.

As sessões em plenária e os seminários/*workshops* constituíram um espaço de reflexão e aprendizagem sobre: as abordagens, métodos e conceitos do programa AGIR; os temas actuais da sociedade moçambicana, com destaque para a descentralização; os processos actuais de interesse comum que afectam o desenvolvimento das actividades das OSC's, onde foram destacados os assuntos relativos à sustentabilidade das OSC's e o impacto do princípio 70%/30% e da Política da Cidade do México; coordenação e articulação dos doadores, IPO's e OP's no âmbito da implementação do Programa AGIR visando o alcance de maior eficiência e eficácia; e Programas similares de apoio à Sociedade Civil.

As sessões foram marcadas por debates inclusivos e participativos, que permitiram a maximização dos resultados na medida em que os temas discutidos inspiraram intervenções positivas reflectidas nas recomendações e acções de seguimento deixadas por diferentes intervenientes (parceiros de cooperação, OP's, IPO's, académicos, Governo e outras entidades estatais e outros programas de apoio à Sociedade Civil); houve partilha de melhores práticas e planificação de acções concertadas para intervir nos processos de interesse comum visando o aprimoramento das OP's e o alcance de maior eficiência e eficácia por todos intervenientes na implementação do AGIR.

Os debates permitiram a produção de um plano de acção para seguimento (reflexões-chave, lições e recomendações) que foi apresentado no fim de cada sessão e/ou em anexo. A secção sobre “Caminhos Futuros” compacta estas acções mas divide-as em função dos principais proponentes, e em áreas de intervenção, onde apresentam-se recomendações para as áreas de: Modalidades de financiamento e gestão de fundos; Descentralização e participação em processos eleitorais; Questões de género e inclusão da Mulher; Colaboração com outros programas de apoio à Sociedade Civil.

A avaliação geral do Fórum do AGIR 2018, feita pelos participantes nos dois dias foi, usando as plataformas electrónicas disponibilizadas pelo AGIR, em geral, boa. Os temas eleitos como sendo mais relevantes para discussão mais aprofundada são a sustentabilidade das OSC's, directrizes do uso de financiamento e o princípio 70%/30%. A principal constatação sobre o processo de avaliação é que houve, no primeiro dia, por um lado, pouca assistência técnica para orientar o processo de avaliação dos trabalhos com base na plataforma electrónica e, por outro, o tempo limitado, associado ao cansaço dos participantes, para responder ao inquérito e submeter

os resultados o que pode ter justificado a fraca aderência reflectida no número dos respondentes (77) em relação ao número total dos participantes registados (160). Face a estas constatações, sugere-se o alargamento do tempo da disponibilização do *Link* e da submissão da avaliação dos trabalhos, e apresentação dos resultados dos trabalhos do primeiro dia no início dos trabalhos do segundo dia. Para o segundo dia, sugere-se a disponibilização do *Link* no início dos trabalhos, o que oferece a possibilidade de responder o inquérito no fim de cada sessão.

Em suma, o Fórum Consultivo do AGIR – edição 2018, através da metodologia usada que impulsionou a participação inclusiva e efectiva de todos os principais intervenientes no processo da implementação do Programa AGIR II, contribuiu para aferir o nível de implementação do Programa e colher recomendações visando o seu melhoramento, o que, conseqüentemente reflectir-se-á na melhoria da governação e uma democracia mais profunda e mais inclusiva em Moçambique.

ORGANIZAÇÕES INTERMEDIÁRIAS



PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO



Anexos

Anexo 1: Matriz de resultados das discussões temáticas em grupos de trabalho

Grupos (1-6)	Objectivos	Lições	Desafios	Acções e/ou Recomendações
Tema 1: <i>Core Funding</i> – principal mecanismo de financiamento do AGIR visando fortalecer a Sociedade Civil Moçambicana	Analisar as vantagens, desvantagens, lições, recomendações para as IPOs (Organizações Parceiras de Intermediação).	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de esclarecimento do princípio 70%/30% (70% em projectos e actividades e 30% em custos administrativos, incluindo salários); - 70%/30% não permite que as OSC's implementem o fundo em função das suas especificidades (projectos). 	<ul style="list-style-type: none"> - A sustentabilidade das OSC's tendo em conta o mecanismo perante o princípio 70%/30%; - Dificuldades da retenção de pessoal qualificado; - Redução da autonomia e sobrevivência das OSC's. 	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão da política de financiamento 70-30 tendo em conta o conceito de sustentabilidade.
	Analisar os processos de auditorias consolidadas e sua implicação nas parcerias (lições e recomendações para o futuro).	<ul style="list-style-type: none"> - Os cronogramas diferenciados de auditoria entre IPO's, doadores e parceiros são um constrangimento que acaba gerando auditorias independentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - As auditorias independentes não permitem a apresentação da situação real das OSC's. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização das auditorias consolidadas que espelhem a situação real da organização e tragam a informação completa das OSC's perante todas as formas de financiamento; - Possibilidade do AGIR abrir espaço para outras auditoras que se ajustem ao <i>budget</i> das OSC's.
Tema 2: Fundos complementares do AGIR (ágeis e inovadores) e mudança de foco do AGIR da Capital para as Províncias e a coordenação das PO's (Organizações Parceiras) do AGIR nas províncias	<ul style="list-style-type: none"> - Análise do valor agregado do mecanismo de fundos complementares: vantagens e desvantagens, lições aprendidas e recomendações 	<ul style="list-style-type: none"> - O acesso ao fundo requer a solicitação às organizações financiadoras para o financiamento de actividades não previstas no plano e para actividades inovadoras, com destaque para as TIC's; - Os fundos ágeis e inovadores são importantes para a realização das actividades e não estão estabelecidos no plano anual; Portanto, havendo 	<ul style="list-style-type: none"> - Fraca divulgação dos fundos pelo AGIR; - Pouco conhecimento da existência dos fundos pelas OSC's; - Fraca criatividade das OSCs para aceder a esses fundos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disseminação de informação sobre a existência do fundo pelo AGIR entre as OSC's; - A partilha de experiências e resultados da aplicação dos fundos pelas organizações beneficiárias; - Capacitação institucional e imediata das OSC's em matéria de <i>fundraising</i>.

		necessidades especiais, são um bom recurso.		
	Avaliar o impacto da mudança de foco para província e o nível de coordenação local, analisando as vantagens, desvantagens, desafios e fazer recomendações	<ul style="list-style-type: none"> - O trabalho em parceria gera ociosidade por parte de algumas OSC's; - Sobre a mudança de foco, deve-se dar melhor entendimento sobre a descentralização pretendida (descentralização de fundos ou de actividades). 		<ul style="list-style-type: none"> - As OSC's baseadas em Maputo e com delegações nas províncias devem transferir a capacidade de gestão do fundo; - O AGIR deve promover a criação de consórcios, ou seja, procurar um consultor para identificar organizações que ocupam o mesmo espaço temático e geográfico que possam trabalhar em colaboração de modo a reduzir os custos e riscos.
Tema 3: Estratégia de sustentabilidade do AGIR e estratégia de saída dos parceiros.	- Avaliar o processo da elaboração das duas estratégias e fazer recomendações para sua implementação.	<ul style="list-style-type: none"> - Esclarecimento do conceito de sustentabilidade das OSC's; - Discutir a questão de sustentabilidade no contexto nacional; - Necessidade de mudança sobre o entendimento do que é uma organização sem fins lucrativos de modo a financiar a sua sustentabilidade; - A Lei das Associações porque é antiga e restringe a actuação das OSC's. 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de mudanças culturais e legais que permitam a geração de recursos por parte das OSC's para o financiamento das suas actividades; - Fraca capacidade de negociação das organizações para assegurar a sua sustentabilidade; - A possibilidade das organizações terem instalações próprias. 	<ul style="list-style-type: none"> - O contínuo engajamento na discussão e <i>lobby</i> sobre a Lei das Associações; - Incentivar as estratégias de sustentabilidade através da assistência técnica e financiamento das actividades; - As IPO's devem organizar encontros de partilha de experiências sobre financiamento das OSC's de modo a torná-las mais sustentáveis; - Investimento na capacidade técnica das OSC's em matéria de <i>fundraising</i>; - Apoio pelo AGIR na criação de instalações para o funcionamento das OSC's.

<p>Tema 4: Gestão baseada em resultados – assegurando enfoque para resultados a longo prazo e mudança de comportamento, dando visibilidade do Programa</p>	<p>- Reflectir sobre o tipo de indicadores que se usa, o tipo mudanças que são monitoradas versus mudanças que deveriam ser monitoradas (Reportar resultados ao nível de mudança ao invés de reportar acções).</p>	<p>- Dificuldades das OSC's na monitoria das actividades, qualidade de relatórios, planificação de resultados e ligação entre actividades e planos.</p>	<p>- Alinhamento entre os objectivos do plano estratégico das OSC's e o Programa AGIR.</p>	<p>- Criação de uma janela dentro da plataforma do Programa AGIR, onde as OSC's possam depositar seus planos, suas agendas e resultados de modo a evitar conflitos entre as OSC's que actuam nas mesmas áreas; - Criação de oficina prática para a concepção do modelo de monitoria, avaliação e planificação e orçamentação</p>
	<p>Reflectir sobre a importância da visibilidade dos resultados do AGIR e dos seus principais actores (lições aprendidas e recomendações).</p>	<p>- Aprofundar temáticas relevantes como medição dos resultados, reporte e visibilidade.</p>		
<p>Tema 5: Impacto do MCP (Mexico City Policy) no fortalecimento da sociedade civil em Moçambique</p>	<p>- Analisar as experiências vividas e idealizar uma abordagem comum das PO's para MCP.</p>	<p>- Explanação do MCP e suas implicações no funcionamento das OSC's.</p>	<p>- A continuidade do funcionamento das OSC's afectadas pelo MCP.</p>	<p>- OSC's afectadas pelo MCP devem procurar outras janelas de financiamento; - Criação de um comité de trabalho para verificar o nível em que se pode aferir a responsabilização do Estado em termos de isenção; - Encontros regulares entre as OSC's afectadas e não afectadas para responder aos desafios impostos pelo MCP.</p>
<p>Tema 6: Participação em processos eleitorais</p>	<p>Partilhar acções em cursos e discutir mecanismos de articulação e coordenação entre PO's.</p>	<p>- Existem várias acções em curso lideradas pelas OSC's no âmbito das eleições que se avizinham, entretanto, há pouca coordenação entre os OSC's que</p>	<p>- Comunicação entre as OSC's que operam na área; - Tempo para disseminação de informações tendo em conta o calendário eleitoral e a revisão</p>	<p>- Mapeamento de todas as organizações parceiras e não parceiras do AGIR a trabalhar na área de processos eleitorais; - Criação de sinergias entre os</p>

		<p>trabalham nos processos eleitorais, de tal forma que o que se debate e se desenha não chega aos outros municípios.</p>	<p>tardia da Constituição e do pacote eleitoral;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Duplicação de esforços das actividades de advocacia em matérias de processos eleitorais; 	<p>grupos com as mesmas acções;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões de reflexão e início da coordenação das próximas eleições; - Definição de mecanismos (rádios comunitárias, debates com cabeças-de-lista, etc.) para melhorar o acesso à informação sobre os processos eleitorais pelas populações.
--	--	---	---	--

ORGANIZAÇÕES INTERMEDIÁRIAS



PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO



Anexo 2: Matriz dos resultados do diálogo com outros programas de apoio à Sociedade Civil em Moçambique

Programa/parceiros	Apresentação do Programa	Abordagens	Resultados	Janelas de colaboração
<p>Counterpart International</p> <p>Programa Parceria Cívica Para Boa Governação</p> <p>Apresentado pela Sra. Ana Paula Bande</p>	<p>- Programa para o fortalecimento da capacidade das OSC's a nível cívico, de modo a melhorar a governação;</p> <p>- O programa actua em três níveis: (1) Advocacia das OSC's activistas nas áreas de educação, saúde, biodiversidade, alterações climáticas, indústria extractiva e boa governação; (2) Desenvolvimento organizacional das OSC's parceiras; e (3) Monitoria da participação das OSC's nos processos eleitorais (melhoria de propostas/<i>concept-notes</i>, prevenir a violência contra a mulher, fraude e a manipulação eleitoral).</p>	<p>- Teoria da Mudança (OSC's implementando acções efectivas de advocacia e facilitando processos eleitorais pacíficos e credíveis);</p> <p>- Assistência técnica às OSC's através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Treinamentos e mentoria; - Elaboração de planos de monitoria (visitas de campo e uso de plataformas online); - Partilha de experiências e aprendizado entre parceiros. 	<p>- Despertado o interesse dos governos distritais sobre a implementação da circular 2.75% sobre fundos;</p> <p>- Fortalecida a relação entre as OSC's, sector privado e o Governo, para a melhoria da vida dos cidadãos;</p> <p>- Produzidos manifestos eleitorais para influenciar próximos processos eleitorais;</p> <p>- Incorporados os conceitos sobre compensações no Manual e no Regulamento da Lei de Conservação nº 89/2017;</p> <p>- Fortalecidas as OSC's para observação dos processos de recenseamento, monitoria e gestão de conflitos eleitorais.</p>	<p>- Redes e fóruns existentes ao nível do distrito e província;</p> <p>- Diálogo entre as organizações de modo a criar abertura na elaboração e implementação das propostas;</p> <p>- Fóruns de troca de experiências e aprendizagem entre os parceiros;</p> <p>- Partilha de ferramentas e abordagens para o desenvolvimento das OSC's parceiras.</p>
<p>iTC</p> <p>Fundação Iniciativa para Terras Comunitárias</p> <p>Apresentado pelo Sr. Emídio de Oliveira</p>	<p>- Fundação com foco na preparação social e fortalecimento de Comités de Gestão de Recursos Naturais, de modo a contribuir para a protecção de direitos comunitários sobre a terra e outros recursos naturais e promover desenvolvimento sustentável</p> <p>- Foca na implementação da Lei de terras para fortalecer as comunidades rurais a assegurar os seus direitos sobre a terra e recursos naturais;</p>	<p>- Baseada na Teoria de Mudança (Direitos sobre terras e recursos naturais assegurados; acesso a recursos e mercados; produção agrícola de alimentos e nutrição melhoradas) através da:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Delimitação de terras; - Preparação social; - Apoio institucional (sector público e privado); - Planeamento territorial e urbano; - Promoção de parcerias entre comunidades e investidores; - Influência de políticas e regulamentos. 	<p>- Delimitadas 1066 Terras comunitárias;</p> <p>- Demarcadas 850 áreas de Associações;</p> <p>- Concedidos cerca de 6000 RDUAT's;</p> <p>- Beneficiadas cerca de 3 milhões de pessoas;</p> <p>- Legalizados Comités de Gestão de Recursos Naturais;</p> <p>- Garantida a segurança de posse de terra;</p> <p>- Reduzidos os conflitos de terras;</p> <p>- Garantido o envolvimento da comunidade no exercício da cidadania.</p>	<p>- Colaboração para assegurar o desenvolvimento de capacidades internas nas comunidades;</p> <p>- Melhorar a governação comunitária para gestão de terras e recursos naturais;</p> <p>- Melhorar regulamentos e sistemas;</p> <p>- Desenvolver negócios estratégicos;</p> <p>- Colaboração estratégica com diferentes tipos de actores, governamentais, privados, organizações baseadas na comunidade, academia e Sociedade Civil;</p>

ORGANIZAÇÕES INTERMEDIÁRIAS



PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO



<p>MASC</p> <p>Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil (Programa 2015-2020)</p> <p>Apresentado pelo Sr. Phillip Machon</p>	<p>- Fundação com foco no desenvolvimento de capacidades das OSC's na área de monitoria para a boa governação; democratização do Estado e do espaço público; promoção da justiça social em Moçambique.</p>	<p>- Baseada na Teoria de Mudança (um governo mais inclusivo, receptivo e responsável na política e políticas públicas) através de três instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de Capacidades/advocacia (mapeamento de poderes, <i>Stakeholders analysis</i>, surgimento do Estado); \ - <i>Broker</i> (integração de intervenientes na área de paz, descentralização e violência); - Acesso a informação sobre governação para assegurar a mudança de comportamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mapeados continuamente os actores/parceiros locais para aceder aos fundos do MASC; - Desenvolvidas as capacidades das OSC's para fazer advocacia a longo prazo; - Apoiadas tecnicamente as OSC's a nível local para tornar eficaz a acção do MASC (análise micro dos projectos da comunidade); - Garantido o envolvimento de parceiros de cooperação, privados e indivíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Multiplataformas de acção a nível local (distrital e provincial); - Envolvimento de diferentes parceiros de cooperação nos projectos implementados nas comunidades; - Advocacia das OSC's coordenada por mais actores (<i>multi-stakeholders</i>); - Capacitação dos Recursos Humanos do MASC e das OSC's em matéria de organização e funcionamento do Estado.
<p>PISCCA</p> <p>Projectos Inovadores da Sociedade Civil e Coligações de Actores</p> <p>Apresentado pela Sra. Gwenn Guillaumie</p>	<p>- Programa tem como foco: (1) reforçar as OSC's em matéria de gestão de projectos de duração anual; e (2) apoiar as pequenas OSC's sem capacidade de obter fundos maiores para melhorar a capacidade dessas organizações.</p> <p>- O foco temático inclui igualdade de género, transparência, cidadania, ambiente e mudanças climáticas, boa governação e inclusão política, social e económica dos grupos vulneráveis.</p>	<p>- Baseado numa abordagem holística para o fortalecimento da Sociedade Civil em matérias transversais, através da:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assistência técnica em matérias de legalização e gestão e projectos; - Apoio financeiro (com contribuição obrigatória do beneficiário em 10% no mínimo e possibilidade de co-financiamento). 	<ul style="list-style-type: none"> - Formadas OSC's seleccionadas em matéria de gestão de projectos; - Realizado o comité consultivo PISCCA com participação de diferentes parceiros públicos e privados; - Financiados muitos projectos, com destaque para os focados em género e gestão de recursos naturais; - Sociedade Civil mais activa, sobretudo em Maputo; - Resultados positivos, embora difícil de medir as mudanças em virtude da curta duração dos projectos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Partilha de resultados e dificuldades no âmbito dos projectos de apoio as OSC's; - Colaboração com o programa AGIR em termos de áreas de intervenção para evitar a duplicação de financiamentos; - Co-financiamento de projectos das OSC's que sejam amplos; - Colaboração em eventos temáticos em que são convidadas as organizações.

ORGANIZAÇÕES INTERMEDIÁRIAS



PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO

